

## **O PATRIMÔNIO DOS MEMBROS DA ELITE PARLAMENTAR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL NO PERÍODO DE 1995 A 2002**

*Riberti de Almeida Felisbino<sup>1</sup>*

### **RESUMO**

Este artigo analisa, ao longo dos anos de 1995 a 2002, o patrimônio dos membros pertencentes à elite parlamentar da Câmara dos Deputados nos governos de Fernando Henrique Cardoso. Os parlamentares desse seletivo grupo desempenham importantes atividades, conduzem as negociações e as decisões no interior da casa Legislativa e ocupam os principais postos-chave dessa instituição. Os principais resultados alcançados com a análise dos dados foram: 1) muitos dos parlamentares desse seletivo grupo têm um patrimônio abaixo de 200 mil Reais; 2) os que possuem um patrimônio entre 500 mil e 2 milhões de Reais pertencem aos principais partidos da base de sustentação do chefe do poder Executivo; 3) para alguns partidos ocorreu um crescimento patrimonial.

**Palavras-chave:** Elite parlamentar; Deputado federal; Partido político; Patrimônio.

---

<sup>1</sup> *Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atualmente é professor e pesquisador da Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS).*

**E-mail:** [ribertialmeida@yahoo.com.br](mailto:ribertialmeida@yahoo.com.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o patrimônio dos parlamentares, em especial dos deputados federais, no Brasil ainda são incipientes, mas alguns pesquisadores que se dedicam ao tema revelam informações importantes. Atualmente, Felisbino (2007), Rodrigues (2006) e Rodrigues (2002a, 2002b) são os poucos estudiosos que se dedicaram a analisar o patrimônio dos parlamentares sob diferentes ângulos. É importante dizer que a análise desses autores é sobre a declaração de bens e não da de renda, ou seja, não dizem respeito aos ganhos dos deputados, mas sim ao seu patrimônio. O presente artigo tem por objetivo apresentar e analisar, ao longo das 50<sup>o</sup> e 51<sup>o</sup> Legislaturas (1995-2002), o patrimônio dos deputados membros pertencentes à elite parlamentar da Câmara dos Deputados.

Os parlamentares dessa elite desempenham importantes atividades, conduzem as negociações e as decisões no interior da Câmara dos Deputados e ocupam os principais postos-chave dessa casa Legislativa. Nas palavras de Messenberg (2002, p. 16), os membros dessa elite são aqueles parlamentares “(...) que, dispondo de determinados recursos de poder, exercem influência terminante nas principais decisões do Congresso Nacional e do Estado, interferindo de maneira decisiva nos rumos da sociedade”. Em resumo, são parlamentares que desempenham importantes tarefas na condução do processo legislativo. Neste artigo os vocábulos ‘elite parlamentar’ apresentam o seguinte significado: dentro de qualquer instituição Legislativa existe um pequeno grupo de pessoas que apresentam alguns privilégios, sejam eles naturais (por exemplo, a classe social) ou adquiridos (por exemplo, o mérito), que possibilitam o direito de coordenar e decidir pelos demais integrantes membros da instituição.

Para identificar os membros da elite parlamentar no período de 1995 a 2002, foi utilizada uma pesquisa que vem sendo desenvolvida, desde 1994, pelos estudiosos vinculados ao Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Essa pesquisa é desenvolvida anualmente e é conhecida como “Os ‘cabeças’ do Congresso Nacional” e tem o objetivo de identificar os 100 parlamentares que mais influenciam, decidem e sustentam as decisões nas duas casas Legislativas do Congresso Nacional.

No período de 1995 a 2002 foram classificados 596 deputados como os ‘cabeças’ da Câmara dos Deputados, que corresponde a uma média de 75 parlamentares por ano. Neste total estão aqueles parlamentares que só foram classificados uma vez como um dos ‘cabeças’, por exemplo, o ex-deputado federal Bonifácio de Andrada (PSDB/MG) e aqueles que foram classificados os oito anos (1995 a 2002) como um dos ‘cabeças’, por exemplo, o ex-parlamentar Delfim Netto (PMDB/SP). Como se sabe, os estatísticos aconselham que se

use um mínimo de 30 ou mais observações (Spiegel, 1985). Com esta recomendação estatística, dos 596 deputados, somente 56 parlamentares fizeram parte da amostra. Os 56 deputados não foram escolhidos intencionalmente, mas passaram por dois critérios objetivos de seleção.

Do total de 596 foram eliminados os deputados que só foram classificados uma vez e aqueles que não foram classificados por três ou quatro anos consecutivos na mesma Legislatura. Somente foi considerado membro da elite parlamentar aqueles deputados que foram por três ou quatro anos classificados na mesma Legislatura como um dos 'cabeças' da Câmara dos Deputados, por exemplo, na 50<sup>o</sup> Legislatura (1995-1998), o ex-deputado Gonzaga Mota (PSDB/CE) foi classificado por três anos (1995, 1996 e 1997) como um dos 'cabeças' da Câmara dos Deputados e ele foi considerado um dos possíveis membros da elite parlamentar. Com o primeiro critério foram selecionados 84 parlamentares e eles passaram por uma outra seleção. Dos 84 deputados selecionados só foram considerados membros da elite parlamentar os legisladores eleitos ou reeleitos nas eleições gerais de 1994 e reeleitos no pleito de 1998, por exemplo, o ex-deputado Gonzaga Mota, como foi visto, passou no primeiro critério de seleção e foi reeleito nas eleições gerais de 1994 e não foi reeleito ou, ainda, não concorreu ao cargo de deputado federal no pleito de 1998, então, esse parlamentar não fez parte da amostra. Os membros da elite parlamentar estão distribuídos em nove legendas partidárias: o PSDB (11 casos), PT (dez), PFL (nove), PPB (nove), PMDB (sete), PC do B (cinco), PSB (dois), PTB (dois) e PDT (um).

Com vistas a dar uma contribuição na análise sobre o patrimônio dos parlamentares brasileiros, o texto está organizado da seguinte maneira: na primeira parte, serão discutidos os poucos estudos sobre o patrimônio dos parlamentares; na segunda parte, serão analisadas, ao longo dos anos de 1995 a 2002, as declarações dos bens patrimoniais dos deputados pertencentes à elite parlamentar da Câmara dos Deputados; a última parte é reservada às considerações finais.

## **2 OS ESTUDOS SOBRE O PATRIMÔNIO NO BRASIL**

Com a boa vontade dos funcionários dos Tribunais Regionais Eleitorais de disponibilizarem as declarações de bens, alguns estudiosos puderam dedicar-se ao tema e os resultados obtidos deram origem a um capítulo de livro, a uma seção de artigo e a um livro.

O capítulo intitulado "Patrimônio, partido e ocupação" está no livro "Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados", autoria de Leôncio Martins Rodrigues, que foi publicado, em 2002, pela Editora

Edusp. A seção de artigo intitulada “Patrimônio e partido”, está no artigo “Partido, ideologia e composição social”, também autoria de Leôncio Martins Rodrigues, publicado, em 2002, pela *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 4, fev., p. 31-47. O livro mencionado é “Políticos do Brasil: uma investigação sobre o patrimônio declarado e a ascensão daqueles que exercem o poder”, autoria de Fernando Rodrigues, publicado, em 2006, pela Editora PubliFOLHA. Os estudos desses autores podem ser considerados os primeiros trabalhos dedicados a pesquisar o patrimônio dos parlamentares brasileiros e com os resultados vindo a público é possível saber algumas informações contidas nas declarações dos bens patrimoniais.

Começando por Leôncio Martins Rodrigues, ele estudou o patrimônio de 401 deputados dos principais partidos (PSDB, PFL, PMDB, PPB, PT e PDT) da 51ª Legislatura (1999-2003) da Câmara dos Deputados. Ele construiu uma escala de quatro faixas patrimoniais, cujos valores estão expressos em Reais (R\$): a) baixo: menos de 200 mil, b) médio-baixo: de 200 mil a menos de 500 mil, c) médio-alto: de 500 mil a 2 milhões e d) alto: mais de 2 milhões. A Tabela 1 apresenta a distribuição das faixas patrimoniais dos 401 parlamentares analisados pelo autor. Observa-se que mais da metade dos deputados está nas faixas de baixo e médio-baixo, em seguida vêm médio-alto e alto patrimônio.

**Tabela 1**  
**Faixas patrimoniais**  
**Eleições gerais, 1998**

<b>Faixas patrimoniais</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Baixo	112	27,9
Médio-baixo	106	26,5
Médio-alto	120	29,9
Alto	63	15,7
<b>TOTAL</b>	<b>401</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Rodrigues (2002a).

Rodrigues (2002a) também constatou, ao cruzar a variável faixa patrimonial com partido, que existe uma relação entre as variáveis. Isto significa que o patrimônio do parlamentar está associado com a ideologia do seu partido:

conforme se vai da direita para esquerda do espectro ideológico, a porcentagem de deputados nas faixas de valor patrimonial mais elevado tende a decrescer no interior das bancadas. Em outras palavras: os partidos cuja proporção de membros de suas bancadas que foram (ou não) empresários é alta têm relativamente mais deputados nas faixas de maior patrimônio, ou seja, o PFL e o PPB. Os partidos com menos empresários têm uma proporção mais baixa de parlamentares com patrimônio elevado (o PMDB e PSBD), enquanto os partidos que têm pouquíssimos empresários entre seus deputados têm uma bancada parlamentar com patrimônio mais baixo (o PDT e PT) (RODRIGUES, 2002a, p. 83).

Diante destas considerações, as principais legendas partidárias da 51ª Legislatura (1999-2003) podem ser colocadas em três grupos que oscila entre alto e baixo patrimônio: no alto, o PFL e PPB, no médio, o PMDB e PSDB e no baixo, o PT e PDT. O PT, PDT, PSDB, PMDB, PFL e PPB constituem, nesta ordem, as legendas que declararam um patrimônio com menos de 200 mil, com, respectivamente, 80,4%, 40,9%, 20,2%, 19,3%, 12,8% e 9,8% do total. Percebe-se que os parlamentares que declararam baixo patrimônio estão nos partidos de esquerda. O PT é a legenda que mais acolheu parlamentar que declarou um baixo patrimônio.

Rodrigues (2002a) também encontrou algumas evidências que indicam uma relação entre o número de Legislatura e o aumento de patrimônio. O autor constatou que o valor do patrimônio tende a aumentar com o tempo de trabalho parlamentar na Câmara dos Deputados. Dos 163 novatos (primeira Legislatura), 41,1% declararam possuir um patrimônio inferior a 200 mil, enquanto 8,0% afirmaram ter bens acima de 2 milhões. Dos 48 parlamentares antigos (quatro ou mais Legislaturas), 33 confessaram ser dono de um patrimônio de 500 mil a 2 milhões (18 casos) ou acima desse valor (15), enquanto cinco parlamentares indicaram possuir menos de 200 mil de bens patrimoniais e dez possuem um patrimônio considerado médio-baixo.

Já Fernando Rodrigues abordou os vencedores (o presidente e vice-presidente da República, senadores, suplentes de senadores, deputados federais, estaduais e distritais, governadores de Estado e do Distrito Federal, vice-governadores de Estado e do Distrito Federal) das eleições gerais de 1998 e 2002. Nesse período, Rodrigues (2006) selecionou 3.570 declarações de patrimônios, mas ele analisou os bens dos políticos que foram eleitos em 1998 e reeleitos em 2002 e o total de declarações de bens caiu para 548. Ainda importa ressaltar que o autor considera reeleito aquele político que foi eleito em 1998 e reeleito em 2002, mas não necessariamente para o mesmo cargo eletivo, ou seja, se um deputado está disputando uma vaga ao Senado Federal e foi eleito, então, esse político é considerado pelo autor reeleito.

Na página *web* construída por ele pode-se acessar as 24.687 declarações de bens<sup>1</sup>. Na página é possível acessar todas as declarações de bens das eleições gerais de 1998, 2002 e 2006. Das eleições gerais de 1998 estão disponíveis 2.177 declarações de bens e essas são dos vencedores e parte dos perdedores. Já do pleito de 2002 estão disponíveis 2.376 declarações, também são dos vencedores e parte dos perdedores. Da disputa eleitoral de 2006 estão disponíveis 20.134 declarações de bens e essas são de todos os candidatos inscritos.

---

<sup>1</sup> Ver <http://noticias.uol.com.br/fernandorodrigues/politicosdobrasil/>

Ao analisar as 548 declarações dos que foram eleitos em 1998 e reeleitos em 2002, o autor constatou que, ao longo dos quatro anos, o valor médio dos bens declarados sobe 41,8%%, isto é, a soma dos bens dos políticos eleitos em 1998 foi de R\$ 1.078.603,19 e no próximo pleito subiu para R\$ 1.529.848,06, uma evolução de R\$ 451.244,87. Devido a isto, Rodrigues (2006) acredita que houve uma ascensão socioeconômica dos 548 políticos.

Quando se olha isoladamente para alguns grupos, Rodrigues (2006) verificou que alguns deles foram bem-sucedidos e outros não. De uma eleição para outra, o valor médio dos bens declarados dos deputados distritais subiu 124,6%. Isto significa que no pleito de 1998 a soma dos bens foi de R\$ 288.301,63 e no pleito seguinte pulou para R\$ 647.581,68, ou seja, a evolução patrimonial desse grupo foi de R\$ 359.280,05. Ao analisar os deputados federais, o autor verificou uma queda de 17,7%. No pleito de 1998, a soma dos bens declarados dos deputados federais foi de R\$ 1.901.458,82, mas nas eleições gerais de 2002 o valor caiu para R\$ 1.565.178,81, uma diferença de R\$ 336.280,01. Houve um empobrecimento dos membros da Câmara dos Deputados? Fernando Rodrigues acredita que sim. A Câmara dos Deputados, de acordo com ele,

(...) incorporou em 2002 um grupo de políticos que veio de um escalão hierárquico inferior de poder e de partido antes com menor representação no Congresso. Ao ascenderem politicamente, esses políticos carregaram consigo, de maneira geral, bens de menor valor médio na comparação com o grupo de 1998 (RODRIGUES, 2006, p. 47).

Quando o autor desagrega os dados do patrimônio por partido, ele observou que todas as agremiações, com exceção do PP, apresentaram uma evolução patrimonial. O PTB e o PT foram as duas siglas partidárias que mais aumentaram o seu patrimônio: juntas obtiveram uma evolução de 255,9%. Nas eleições gerais de 1998, o PTB conseguiu eleger 31 políticos para Câmara dos Deputados e, no pleito de 2002, caiu para 26, mas a diminuição de cadeiras do PTB não refletiu no patrimônio do partido. Ao longo do período de 1998 a 2002, a evolução do patrimônio do PTB foi de 172,2%. No pleito de 1998, o valor médio declarado foi de R\$ 790.905,92 e nas eleições gerais de 2002, este valor subiu significativamente para R\$ 2.152.862,39, isto significa uma evolução nominal de R\$ 1.361.956,47. Esperava-se que o patrimônio do PTB diminuísse com as respectivas perdas de cadeiras. Uma possível explicação para isto é a fusão do PTB com o PSD, em 2003. Com a fusão, o PTB herdou os votos e conseqüentemente transferiu o valor do patrimônio, aumentando a soma dos bens patrimoniais do PTB (Rodrigues, 2006).

Ao contrário do PTB, Rodrigues (2006) identificou que a evolução patrimonial do PT acompanhou o crescimento do partido na Câmara dos Deputados. No pleito de 1998, o PT elegeu 59 deputados e nas eleições gerais de 2002, este número saltou brusamente para

91 parlamentares. No mesmo período, o crescimento patrimonial do PT foi de 83,7%. Nas eleições gerais de 1998, o valor médio declarado foi de R\$ 102.653,47 e no pleito de 2002, esta quantia pulou para R\$ 188.534,32, isto significa que houve uma evolução nominal de R\$ 85.880,85. Cabe lembrar que na 51ª Legislatura (1999-2003), 80,0% dos deputados do PT declararam um patrimônio inferior a 200 mil, enquanto os outros 20,0% declararam um patrimônio acima de 200 mil e inferior a 500 mil (Rodrigues, 2002a). Isto significa que não há no PT parlamentares nas faixas de médio-alto e alto patrimônio, ou seja, o crescimento do patrimônio do PT está relacionado com a chegada dos novatos à Câmara dos Deputados.

Os trabalhos de Leôncio Martins Rodrigues e Fernando Rodrigues são complementares, pois o primeiro estudou os bens patrimoniais em uma única Legislatura, enquanto o segundo analisou o patrimônio dos que foram eleitos no pleito de 1998 e reeleitos na disputa eleitoral de 2002. Leôncio Martins Rodrigues observou que existe uma relação entre o patrimônio declarado e a ideologia partidária e tempo de casa. Fernando Rodrigues constatou que, ao longo dos anos de 1998 a 2002, houve um crescimento patrimonial das principais legendas partidárias da Câmara dos Deputados.

### **3 O PATRIMÔNIO DOS MEMBROS DA ELITE PARLAMENTAR**

O que dizem as declarações de bens dos membros da elite parlamentar? Qual foi o patrimônio declarado pelos membros dessa elite em 1998? Houve uma evolução do patrimônio nos anos de 1998, 2002 e 2006? Para responder a estas perguntas, serão apresentados alguns dados sobre o patrimônio declarado dos membros da elite. É importante dizer que dos 56 membros da elite parlamentar foi possível ter acesso a 47 declarações, pois sete não apresentaram as declarações de bens e dois não divulgaram os valores dos bens declarados. Também importa ressaltar que essas 47 declarações são dos parlamentares que foram reeleitos nas eleições gerais de 1998.

As declarações patrimoniais dos 47 deputados foram classificadas de acordo com a escala patrimonial sugerida por Leôncio Martins Rodrigues. A Tabela 2 apresenta a distribuição das faixas patrimoniais dos membros da elite parlamentar. Dos 47 parlamentares, 30,4% possuem um patrimônio médio-alto, depois vêm baixo, médio-baixo e alto com 25,0%, 19,6% e 8,9%, respectivamente.



**Tabela 2**  
**Faixas patrimoniais na elite**  
**Eleições gerais, 1998**

<b>Faixas patrimoniais</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Baixo	14	25,0
Médio-baixo	11	19,6
Médio-alto	17	30,4
Alto	5	8,9
<b>TOTAL</b>	<b>47</b>	<b>100,0</b>

**Fonte: Felisbino (2007).**

A tabela também informa que somente cinco parlamentares declararam um patrimônio acima de 2 milhões. Dos cinco deputados que declararam ter mais de 2 milhões, o mais abastado foi Márcio João de Andrade Fortes, eleito pelo PSDB do Estado do Rio de Janeiro. O valor dos bens patrimoniais por ele declarado foi classificado como alto patrimônio, pois na disputa eleitoral de 1998, Márcio Fortes declarou ser dono de um patrimônio de R\$ 5.597.160,70 e no pleito de 2002 não apresentou declaração, mas na disputa eleitoral de 2006, ele declarou um patrimônio de R\$ 7.070.122,66. Foi o maior patrimônio dentre aqueles membros da elite parlamentar que participaram das disputas eleitorais de 2006.

Com este panorama geral da classificação dos bens patrimoniais, seria interessante verificar como os partidos estão distribuídos na escala patrimonial. Para isso, os dados apresentados na tabela acima foram desagregados por sigla partidária. A Tabela 3 exibe a distribuição dos bens declarados, por legenda partidária.

**Tabela 3**  
**Faixas patrimoniais na elite**  
**Eleições gerais, 1998**

<b>Partidos</b>		<b>Faixas patrimoniais</b>				<b>TOTAL</b>
		Baixo	Médio-baixo	Médio-alto	Alto	
PSDB	N	1	2	5	1	<b>9</b>
	%	11,1	22,2	55,6	11,1	<b>100,0</b>
PT	N	5	2	1	-*	<b>8</b>
	%	62,5	25,0	12,5	-	<b>100,0</b>
PFL	N	1	-	7	1	<b>9</b>
	%	11,1	-	77,8	11,1	<b>100,0</b>
PMDB	N	-	2	1	1	<b>4</b>
	%	-	50,0	25,0	25,0	<b>100,0</b>
PPB	N	1	3	2	1	<b>7</b>
	%	14,3	42,8	28,6	14,3	<b>100,0</b>
PC do B	N	5	-	-	-	<b>5</b>
	%	100,0	-	-	-	<b>100,0</b>
PSB	N	-	1	1	-	<b>2</b>
	%	-	50,0	50,0	-	<b>100,0</b>
PTB	N	-	1	-	1	<b>2</b>
	%	-	50,0	-	50,0	<b>100,0</b>
PDT	N	1	-	-	-	<b>1</b>
	%	100,0	-	-	-	<b>100,0</b>

**Fonte: Felisbino (2007).**

**Obs.:** \* Sinal para indicar N e % igual à zero.



Dos que declararam possuir um patrimônio inferior a 200 mil, a maioria está nos partidos de esquerda, no PT, PC do B e PDT, com, respectivamente, cinco, cinco e um caso do total. Os outros três que declararam estar na faixa de baixo patrimônio estão no PSDB, PFL e PPB. Aqueles que declararam ter mais de 2 milhões de patrimônio estão nos partidos que se situam no centro e na direita da escala ideológica. No centro, o PSDB e PMDB têm um caso cada legenda, enquanto na direita, o PFL, PPB e PTB também possuem um caso cada sigla. Os membros do partido do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o PSDB, estão nas faixas de médio-alto, médio-baixo, baixo e alto patrimônio, com cinco, dois, um e um caso, respectivamente, enquanto os deputados do PFL, partido mais importante da coalizão de governo, estão nas faixas de médio-alto, alto e baixo patrimônio, com sete, um e um caso, respectivamente. Os membros da elite parlamentar pertencentes ao PT estão nas faixas de baixo, médio-baixo e médio-alto patrimônio, com, respectivamente, cinco, dois e um caso do total. Também se constata que o valor somado dos bens declarados diminui linearmente à medida que se vai da direita para esquerda da escala ideológica. A Tabela 4 apresenta estas informações.

**Tabela 4**  
**Soma dos bens declarados na elite**  
**Eleições gerais, 1998**

<b>Partidos</b>	<b>Soma dos bens declarados</b>
PSDB	11.221.448,27*
PFL	11.035.351,56
PTB	5.567.203,90
PPB	4.875.001,06
PMDB	4.124.578,50
PT	1.161.744,27
PSB	816.569,48
PC do B	374.828,63
PDT	29.727,54
<b>TOTAL</b>	<b>39.206.453,21</b>

**Fonte:** Felisbino (2007).

**Obs.:** \* Valores expressos em Reais (R\$).

Na página *web* de Fernando Rodrigues foi possível obter as declarações de bens de 27 parlamentares que tentaram a reeleição, seja para o mesmo cargo ou não, no pleito de 2002. Com essas declarações de bens foi possível realizar uma comparação entre esses parlamentares que foram reeleitos no pleito de 1998 e novamente reeleitos na disputa eleitoral de 2002. Com a comparação podemos saber se houve ou não um crescimento dos bens. Os dados informam que houve um crescimento dos bens patrimoniais. No ano de 1998, os 27 parlamentares declararam juntos um patrimônio de R\$ 27.000.513,30, quatro

anos depois pulou para R\$ 32.750.816,76, um crescimento de R\$ 5.750.303,46. Todavia, este crescimento patrimonial ficou 5,9 pontos percentuais abaixo da inflação do período, ou seja, de julho de 1998 a junho de 2002, o Instituto brasileiro de Geografia e Estatística identificou que a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ficou em 27,2% (Rodrigues, 2006).

Quando se olha para cada sigla partidária isoladamente, os dados informam que todos os partidos, com exceção do PPB, obtiveram um crescimento patrimonial. O PC do B foi a agremiação partidária que mais cresceu, 158,0%, seguido pelo PFL, PSDB, PSB, PT, PTB, PMDB e PPB, com 63,5%, 31,6%, 29,6%, 11,9%, 6,6%, 3,8% e - 78,5% do total, respectivamente. Para o período compreendido de 1998 a 2002, o PPB foi a única legenda partidária que obteve uma queda no patrimônio de bens. No pleito de 1998, a soma dos bens declarados pelos integrantes do PPB foi de R\$ 6.416.613,13 e nas eleições gerais de 2002 caiu para R\$ 4.678.636,67, que representa um empobrecimento de 78,5%.

O que chamou atenção foi o PC do B, pois o partido, quando comparado com as outras legendas, obteve um grande crescimento patrimonial. A soma dos bens declarados pelos membros do PC do B, em 1998, foi de R\$ 374.828,63. Quatro anos depois, em 2002, subiu bruscamente para R\$ 966.927,39, um aumento de 158,0%. Isto significa que os parlamentares do PC do B aumentaram, ao longo desses quatro anos, o patrimônio em 130,8 pontos percentuais acima da inflação do período compreendido de 1998 a 2002. O PSDB, em quatro anos, conseguiu aumentar seu patrimônio em 31,6%. Em 1998, a soma dos bens declarados pelos integrantes desse partido foi de R\$ 1.798.454,21, quatro anos depois subiu para R\$ 2.366.804,35, ou seja, atingiu 4,4 pontos percentuais além da inflação. Dos partidos da base governista, os parlamentares do PMDB, reeleitos na disputa eleitoral de 1998 e no pleito de 2002, registraram um crescimento patrimonial de 3,8% a menos que a inflação do período.

Não aconteceu mudança significativa no valor patrimonial dos membros da elite parlamentar que participaram da disputa eleitoral de 2006. Estas informações estão nas Tabelas 5 e 6, que mostram a distribuição das legendas, por soma dos bens declarados (Tabela 5) e evolução patrimonial (Tabela 6). É importante dizer que só foi possível obter as declarações de bens de 25 parlamentares que disputaram à reeleição, seja para deputado federal ou para outro cargo eletivo, nas eleições gerais de 2006.

**Tabela 5**  
**Soma dos valores declarados pelos partidos na elite**  
**Eleições gerais, 1998, 2002 e 2006**

<b>Partidos</b>	<b>SVD* 1998</b>	<b>SVD 2002</b>	<b>SVD 2006</b>
PSDB	1.057.119,21**	1.419.920,79	1.692.805,74
PT	161.921,78	181.247,99	754.479,36
PFL	7.454.618,44	12.433.828,99	16.336.860,62
PMDB	3.074.390,90	3.191.347,46	2.863.399,66
PPB	3.161.211,03	3.941.179,10	4.995.693,21
PC do B	374.828,63	966.927,39	1.882.137,45
PSB	816.569,48	1.058.464,39	1.212.977,65
PTB	5.567.203,90	5.932.736,28	6.168.330,37
PDT	29.727,54	50.823,24	105.881,63
<b>TOTAL</b>	<b>21.697.590,33</b>	<b>29.176.475,63</b>	<b>36.012.565,69</b>

Fonte: Felisbino (2007).

Obs.: \* SVD = Soma dos valores declarados. \*\* Valores expressos em Reais (R\$).

**Tabela 6**  
**Evolução patrimonial dos partidos na elite**  
**Eleições gerais, 1998, 2002 e 2006**

<b>Partidos</b>	<b>Evolução (2002-1998)</b>	<b>% da evolução (1998-2002)</b>	<b>Evolução (2006-2002)</b>	<b>% da evolução (2002-2006)</b>
PSDB	362.801,58*	34,1	272.884,95	19,2
PT	19.326,21	11,9	573.231,37	316,3
PFL	4.979.210,55	66,8	3.903.031,63	31,4
PMDB	116.956,56	3,8	- 327.947,86	- 10,3
PPB	779.968,07	515,1	1.054.514,11	46,3
PC do B	592.098,76	158,0	915.210,06	94,6
PSB	241.894,91	29,6	154.513,26	14,6
PTB	365.532,38	6,6	235.594,09	3,9
PDT	21.095,70	70,9	55.058,39	108,3
<b>TOTAL</b>	<b>7.478.885,30</b>	<b>34,4</b>	<b>6.836.090,00</b>	<b>23,4</b>

Fonte: Felisbino (2007).

Obs.: \* Valores expressos em Reais (R\$).

Ao longo dos anos de 1998 a 2006, observa-se que todas as siglas partidárias, com exceção do PMDB, apresentaram um crescimento no patrimônio. O PFL é um bom exemplo do crescimento patrimonial: em 1998, a soma dos bens declarados foi de R\$ 7.454.618,44, em 2002, o patrimônio passa para R\$ 12.433.828,99 e em 2006, a soma dos bens declarados atingiu R\$ 16.336.860,62. De 1998 a 2006, ocorreu um aumento de R\$ 8.882.242,18. O grande aliado do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o PMDB, teve um pequeno crescimento patrimonial de 1998 a 2002, mas apresentou uma queda no seu

patrimônio de R\$ 3.191.347,46, em 2002, para R\$ 2.863.399,66, em 2006, um déficit de 10,3%. Dos partidos de esquerda, o PC do B é a legenda que mais vem aumentando o patrimônio. Em 1998, a soma foi de R\$ 374.828,63, pula para R\$ 966.927,39, em 2002, e no pleito de 2006, a soma dos bens declarados foi de 1.882.137,45 milhão, um crescimento de 94,6%. As Tabelas 5 e 6 ainda informam que as outras legendas partidárias de esquerda vêm aumentando significativamente o patrimônio.

#### **4 CONCLUSÃO**

O que se pode concluir a partir dos resultados e das discussões empreendidas ao longo do texto sobre o patrimônio dos membros da elite parlamentar?

Em primeiro lugar, conclui-se que uma boa parte dos parlamentares dessa elite possui um patrimônio inferior a 200 mil e esses deputados estão principalmente nos partidos que ficam a esquerda da escala ideológica. É importante ressaltar que com a chegada de Luis Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto, os principais partidos de esquerda vêm aumentando o patrimônio, por exemplo: a soma dos valores declarados do PC do B em 1998 foi de R\$ 374.828,63 e com a chegada do PT ao poder em 2002, o valor salta para R\$ 966.927,39, mas em 2006 pula bruscamente para R\$ 1.882.137,45. Em segundo lugar, conclui-se que os parlamentares pertencentes às grandes siglas partidárias do centro da escala ideológica (PMDB e PSDB) possuem um patrimônio de 500 mil a 2 milhões e a soma dos bens dessas legendas partidárias fica bem acima de 11 milhões. Acredita-se que esses parlamentares, ao entrarem para a vida política, já tinham um patrimônio de 200 mil a menos de 500 mil e ao longo da carreira política aumentaram o valor patrimonial e hoje oscila em torno de 500 mil a 2 milhões. Em terceiro lugar, conclui-se que, ao longo dos anos de 1998 a 2006, ocorreu um ligeiro crescimento patrimonial dos principais partidos integrantes da elite parlamentar, ou seja, houve uma ascensão socioeconômica dos 25 deputados.

Foram fornecidos alguns elementos que possam vir a estimular o debate acerca da importância da investigação sobre os bens patrimoniais dos parlamentares brasileiros. Assim, a partir disso, conclui-se este artigo dizendo que necessitamos de mais estudos sobre o tema, pois ainda os cientistas sociais carecem de respostas a certas perguntas, por exemplo: como alguns parlamentares conseguem aumentar o patrimônio?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FELISBINO, R. de A. **Origem social, perfil de carreira e patrimônio: um estudo da elite parlamentar da Câmara dos Deputados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2007. (Tese de Doutorado). 255f.

MESSEMBERG, D. **A elite parlamentar do pós-constituente: atores e práticas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Editora Edusp, 2002a.

\_\_\_\_\_. Partido, ideologia e composição social, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 31-47, fev., 2002b.

RODRIGUES, F. **Políticos do Brasil: uma investigação sobre o patrimônio declarado e a ascensão daqueles que exercem o poder**. São Paulo: Editora PubliFOLHA, 2006.

SPIEGEL, M. R. **Estatística**. São Paulo: Editora McGraw-Hill do Brasil, 1985.